

TC 017.510/2025-2**Natureza:** Solicitação do Congresso Nacional**Unidade Jurisdicionada:** Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**Interessado:** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional 7/2025 para investigar fraudes no INSS envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas**Assunto:** Requerimento 455/2025-CPMI-INSS, solicitando informações a este Tribunal relacionadas ao objeto da CPMI**Proposta:** mérito**INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de Solicitação do Congresso Nacional (SCN) referente ao Ofício 56/2025-CPMI-INSS, de 28/8/2025, enviado pelo Coordenador de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, Sr. Leandro Augusto de Araújo Cunha Teixeira Bueno (peça 2).
2. O citado ofício encaminha o Requerimento 455/2025-CPMI-INSS, de autoria do Deputado Duarte Jr., que solicita a este Tribunal informações relacionadas às auditorias e processos de fiscalização e controle para apurar irregularidades, possíveis práticas de crimes e outras infrações vinculadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizados por entidades associativas (peça 5).

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

3. Os artigos 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea “b”, da Resolução - TCU 215/2008 conferem legitimidade a presidentes de comissões de inquérito para solicitar informações ao Tribunal de Contas da União, quando por elas aprovada a solicitação.
4. Verificou-se, na página oficial da CPMI na *internet*, que o Requerimento 455/2025-CPMI-INSS foi apreciado e aprovado pela comissão em 28/8/2025 (peça 9), de modo que foi devidamente atendido o requisito de aprovação da solicitação previsto no art. 4º, inciso I, alínea “b”, da Resolução - TCU 215/2008.
5. Além disso, o Presidente da CPMI, Senador Carlos Viana, delegou competência ao Coordenador de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, Sr. Leandro Augusto de Araújo Cunha Teixeira Bueno, para a assinatura de ofícios de requisição de informações deliberadas pelo colegiado, conforme Ato do Presidente 1/2025-CPMI-INSS (peça 10).
6. Assim, legítima a autoridade solicitante, cabe o conhecimento do expediente como solicitação de informação do Congresso Nacional, nos termos do art. 3º, inciso II, da Resolução – TCU 215/2008.

EXAME TÉCNICO

7. Na presente SCN, requerem-se informações relacionadas a auditorias e processos de fiscalização e controle realizados pelo TCU para apurar irregularidades, possíveis práticas de crimes e outras infrações vinculadas aos descontos indevidos de contribuição associativa em

benefícios de aposentados ou pensionistas do INSS realizados por entidades associativas (peça 5).

8. Na solicitação, ressalta-se que as respostas devem ser encaminhadas exclusivamente pelo sistema Sendr, plataforma projetada pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen) para o recebimento *online* de documentos requisitados por comissões parlamentares de inquérito, permitindo a transferência segura de documentos digitais, sejam eles sigilosos ou não. Ainda, destaca-se que esse sistema dispõe de funcionalidade que possibilita a classificação dos documentos como sigilosos, devendo tal opção ser selecionada e fundamentada sempre que a documentação possuir essa natureza (peça 2).

Análise

9. Para o atendimento a esta solicitação, propõe-se o envio de cópia dos TCs 032.069/2023-5 (que trata de SCN, com pedido de medida cautelar, que solicita “apuração de irregularidade no âmbito do INSS, entidades sindicais, associativas e instituições bancárias, com descontos indevidos nos proventos de aposentadoria de milhões de aposentados”) e 037.762/2023-0 (que trata de inspeção na consignação de empréstimos e mensalidades associativas em benefícios do INSS).

10. Entende-se que ainda devem ser informados os seguintes processos deste Tribunal com ações de controle em andamento:

NÚMERO DO TC	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ESTADO ATUAL / SITUAÇÃO
016.470/2024-9	Monitoramento do Acórdão 1.115/2024-TCU-Plenário (Ministro Relator: Aroldo Cedraz), prolatado no âmbito do TC 032.069/2023-5.	Aberto, em revisão.
007.869/2025-8	Representação, com pedido de medida cautelar, com pedidos diversos relacionados aos convênios firmados entre o INSS e entidades objeto da Operação Sem Desconto (Inspeção Registro Fiscalis 138/2025 em andamento).	Aberto, aguardando instrução
007.871/2025-2	Representação acerca de indícios de apropriação ilícita de recursos públicos por parte do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical - SINDNAPI/FS (inspeção autorizada pelo Ministro Relator).	Aberto, aguardando providências.
008.689/2025-3	Representação com vistas à realização de auditoria externa anual sobre os descontos intermediados pelo INSS em pensões e aposentadorias.	Encerrado, arquivado (Acórdão 1.676/2025-TCU-Plenário, Relator: Ministro Aroldo Cedraz).
010.842/2025-0	Representação que solicita providências deste Tribunal acerca da indisponibilidade dos bens de entidades associativas suspeitas de	Aberto, em comunicação.

	descontos indevidos de mensalidades das aposentadorias e pensões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas não incluídas no pedido de medida cautelar de bloqueio de bens ajuizado pela Advocacia-Geral da União (AGU) perante a Justiça Federal.	
013.073/2025-7	Solicitação de informações sobre as entidades associativas suspeitas de efetuar descontos indevidos em benefícios pagos pelo INSS, bem como a adoção de medida cautelar para suspensão imediata dos descontos até a conclusão das investigações.	Aberto, aguardando pronunciamento do gabinete de ministro.

PROCESSOS CONEXOS

NÚMERO DO TC	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ESTADO ATUAL / SITUAÇÃO
017.511/2025-9	SCN que trata do Ofício 62/2025-CPMI-INSS, de 28/8/2025, que encaminha o Requerimento 664/CPMI-INSS, de autoria do Deputado Rogério Correia, por meio do qual oficia o TCU para que preste informações e disponibilize todos os documentos referentes aos TCs 032.069/2023-5 e 037.762/2023-0.	Aberto, aguardando instrução.
017.513/2025-1	SCN que trata do Ofício 40/2025-CPMI-INSS, de 28/8/2025, que encaminha o Requerimento 241/CPMI-INSS, de autoria do Senador Izalci Lucas, por meio do qual solicita documentos e informações diversos para subsidiar os trabalhos da Comissão.	Aberto, aguardando instrução.
017.536/2025-1	SCN que trata do Ofício 69/2025-CPMI-INSS, de 28/8/2025, que encaminha o Requerimento 911/2025-CPMI-INSS, de autoria do Senador Fabiano Cantarato, por meio do qual solicita ao TCU informações sobre todos os documentos atinentes aos TCs 032.069/2023-5 e 037.762/2023-0.	Aberto, aguardando instrução.
017.560/2025-0	SCN que trata do Ofício 66/2025-CPMI-INSS, de 28/8/2025, que encaminha o Requerimento	Aberto, aguardando instrução.

884/CPMI-INSS, de autoria do Senador Fabiano Contarato, por meio do qual solicita ao TCU 'informações e acesso a documentos de auditorias ou outros procedimentos fiscalizatórios instaurados envolvendo descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS.

CONCLUSÃO

11. De acordo com o exposto, propõe-se conhecer da presente solicitação, tendo em vista estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea “b”, da Resolução TCU 215/2008 (item 6).

12. Adicionalmente, propõe-se encaminhar à CPMI as informações e documentos mencionados na seção Exame Técnico desta instrução, com a finalidade de atender ao Requerimento 455/2025-CPMI-INSS.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

13. Diante do exposto, submete-se à consideração superior a presente solicitação do Congresso Nacional, formulada por intermédio do Ofício 56/2025-CPMI-INSS, pelo Coordenador de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, Sr. Leandro Augusto de Araújo Cunha Teixeira Bueno, conforme competência delegada por meio do Ato do Presidente 1/2025-CPMI-INSS, e com base no Requerimento 455/2025-CPMI-INSS, de 20/8/2025, aprovado pela CPMI em 28/8/2025, propondo:

a) conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea “b”, da Resolução - TCU 215/2008;

b) por meio do sistema Sendr (<https://legis.senado.leg.br/sendr/login>), encaminhar à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional 7/2025, as informações e documentos mencionados na seção Exame Técnico desta instrução, com a finalidade de atender ao Requerimento 455/2025-CPMI-INSS (no caso de documentos sigilosos, deve-se selecionar e fundamentar essa opção no referido sistema, conforme orientações constantes no Ofício 56/2025-CPMI-INSS);

c) encaminhar ao solicitante, em complemento às informações acima descritas, cópia da presente instrução, do relatório, voto e do acórdão a ser proferido pelo Tribunal; e

d) considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU e 17, inciso II, da Resolução - TCU 215/2008.

SecexContas, AudBenefícios, Diprev, 11/9/2025.

(Assinado Eletronicamente)
Sibele Farias Marchesini
AUFC – Mat. 8109-4